

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, org. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1984. 252p.

*Trata-se de uma coletânea de artigos que discutem "teorias e práticas de modalidades de pesquisa participante".*

*Reunindo escritores do Brasil, América Latina e Europa, este volume apresenta documentos que vêm provar dois fatos: a pesquisa participante não tem origem em uma única teoria nem apresenta um método único. Assim, os documentos escolhidos por Carlos Brandão apresentam pontos de vista diferentes a partir de teorias às vezes opostas. Fica, também, a proposta para um outro volume de documentos que apresente a crítica científica e a crítica política das propostas de pesquisa participante.*

*Ao introduzir o tema, Carlos Brandão focaliza em seu artigo – "Participar, pesquisar" – as transformações ocorridas no modo de conceber a investigação científica, que vieram tornar humanos e próximos os "objetos de pesquisa" e propiciaram novas bases, como o reconhecimento de que só se conhece em profundidade alguma coisa da vida, da sociedade ou da cultura quando há um envolvimento ou empreendimento pessoal entre o investigador e o "quê" ou "quem" se investiga e de que é a "intenção premeditada", ou uma determinada "relação pessoal e/ou política estabelecida", que sugere como realizar o trabalho de pensar a pesquisa.*

*Apresentando o exemplo do polonês Malinowski e do alemão Marx, Brandão afirma, ainda, que não apenas o método fora reinventado, mas a "atitude" frente ao trabalho científico foi inovadora. Buscou-se conviver com o outro no seu mundo, falando a mesma língua, sentindo e pensando com ele. Não é, porém, necessário que o pesquisador se coloque na mesma profissão do outro, mas que participe com o seu*

*trabalho para "empreender para servir". E, quando a lógica da cultura investigada passa a ser mais importante que a do próprio pesquisador, diz-se tratar-se de "observação participante".*

*Em "Pesquisa Participante: Propostas e Projetos", Marcela Gajardo afirma que "várias são as vertentes e propostas que confluem para dar corpo a um estilo de trabalho que vê na apropriação coletiva do saber, na produção coletiva de conhecimentos, a possibilidade de efetivar o direito que os diversos grupos e movimentos sociais têm sobre a produção, o poder e a cultura". Procura, em seu trabalho, determinar quais são essas práticas e como têm se desenvolvido, bem como identificar as teorias subjacentes a elas. Aborda, também, suas estratégias metodológicas e suas projeções. Observa que nestes processos de raízes distintas há diferentes teorias e metodologias que fogem aos postulados gerais. Entre outras concepções, a pesquisa participante é vista como um componente de processos de planejamento social abrangendo determinados grupos comunitários que, dependendo da estrutura social em que vivem, se vêem sob condições de dominação e pobreza.*

*Entre distintas tradições de pensamento e práticas de pesquisa diversas, sob os títulos de pesquisa participante ou investigação participativa, Marcela Gajardo apresenta alguns traços comuns: intencionalidade política numa opção de trabalho junto às classes mais pobres da sociedade; interação entre educação, investigação e participação social como elementos de um processo centrado na análise de contradições que mostram determinantes estruturais da realidade estudada; programação decidida pelos próprios grupos estudados, os quais definem seus problemas em função de uma realidade concreta e compartilhada; e atuação da investigação e da ação educativa numa perspectiva de geração de propostas de ação e de mudança social.*

*Passando a abordar as origens e evolução dos estilos participativos de investigação social e ação educativa, Gajardo faz referência às seguintes etapas: 1) da investigação temática à investigação-ação, nos anos sessenta; 2) a investigação-ação e a década de setenta – duas vertentes para um mesmo conceito; 3) a investigação-ação na vertente educativa; 4) da investigação-ação à investigação militante; 5) pesquisa participante e investigação participativa – início dos anos 80. Esta heterogeneidade de propostas e de projetos apresenta, porém, um elemento unificador: a perspectiva de mudança social em favor de grupos dominados da sociedade.*

*A seguir, são ressaltados três tipos de práticas, significando alternativas de diferentes tipos de ações.*

*A primeira destas práticas está orientada para o planejamento do desenvolvimento local, propiciando, dessa maneira, estratégias de pesquisa participante. São apresentadas como vantagens deste tipo de prática a produção de “efeitos imediatos na compreensão e no comportamento de grupos camponeses diante da mudança social” e a “contribuição para o desenvolvimento de uma pedagogia social”.*

*A segunda leva ao desenvolvimento de estilos alternativos de organização social e desenvolvimento educativo. Incluem projetos de “investigação na ação” – pesquisa aplicada, pois devolve aos grupos em que trabalha o conhecimento obtido.*

*O terceiro tipo de prática é a “linha de trabalho que aparece vinculada à luta pela democratização das estruturas sociais ou alteração profunda nas bases da sociedade a fim de superar as desigualdades sociais e econômicas”.*

*Aqui, as experiências de investigação-ação encontram-se relacionadas às práticas político-partidárias, e têm como objetivo formular um novo paradigma nas ciências sociais.*

*Finalmente, a autora mostra que as múltiplas alternativas de trabalho, deixam evidente as possibilidades de ação junto aos grupos pobres e*

*dominados da sociedade, mesmo quando são restritos os limites sociais e políticos.*

*No texto seguinte, Guis Le Boterf, que trabalhou três anos na América Central como especialista da UNESCO, apresenta uma proposta de orientação metodológica para o que denomina “pesquisa ativa” ou pesquisa participante e faz reflexões críticas sobre o tema.*

*Afirmando não haver um modelo único de “pesquisa participante”, Le Boterf esclarece que cada caso deve se adaptar a condições particulares de cada situação concreta, como, por exemplo, o contexto sócio-político, os objetivos perseguidos etc. Apresenta, no entanto, uma proposta de modelo de pesquisa participante composto de quatro fases. A primeira delas refere-se à montagem institucional e metodológica da pesquisa participante, que deve ser elaborada em estreita colaboração com organizações representativas da população, para discussão do projeto, delimitação da região a ser estudada, seleção e formação dos pesquisadores e elaboração do cronograma de ações para operacionalização do projeto.*

*A segunda trata do “estudo preliminar e provisório da região e da população envolvida”, procurando identificar a estrutura social da população, o conhecimento do ponto de vista dos indivíduos e grupos das regiões envolvidas.*

*A terceira fase envolve a “análise crítica dos problemas que a população considera prioritários e que os seus membros desejam estudar e resolver”. Nesta fase prepara-se também o feedback da pesquisa a ser comunicado à população. Para análise crítica dos problemas, formam-se grupos de estudo com os habitantes da região, alunos do sistema escolar e membros da pesquisa. Estudam-se as ações e seus resultados. Além de compreender a realidade, procura-se transformá-la. O orientador dos grupos de estudo deve conhecer bem o meio social, econômico e cultural de todos os participantes do grupo.*

*As atividades da análise crítica têm por objetivo promover nos grupos de estudo o conhecimento da realidade e seus problemas. Estes, além*

de descritos, deverão ser explicados a fim de propiciar estratégias de ação. A quarta e última fase trata da "programação e aplicação de um plano de ação (incluindo atividades educacionais) que contribua para a solução dos problemas encontrados". O plano de ação e suas realizações devem levar a uma discussão e avaliação permanentes durante o processo da pesquisa. A participação da população na esfera das decisões deve ser um objetivo presente em todas as etapas do processo. Na medida em que se coloca a serviço de grupos sociais mais desprovidos e explorados, a pesquisa participante procura melhorar as condições de vida da população, ajudando-a a desenvolver a capacidade de análise e resolução de problemas.

Enfim, citando Ivan Illich, Le Boterf considera a pesquisa participante "como um processo de interação entre um modo de produção autônoma e um modo de produção heterônoma das informações". Explica-se como modo de produção autônoma a realização pelas próprias pessoas de uma pesquisa sobre a sua situação, analisando e identificando elas mesmas os problemas de sua coletividade. Modo de produção heterônoma é caracterizado pelo fato de uma determinada população ser pesquisada e informada de sua própria situação por especialistas da pesquisa.

Michel Thiollent, em seu artigo "Notas para o Debate sobre Pesquisa-ação", vem esclarecer sobre problemas teóricos e metodológicos deste gênero de pesquisa.

Em primeiro lugar, o autor distingue pesquisa-participante de pesquisa-ação, considerando esta segunda como uma forma da primeira. Em seguida, esclarece que a pesquisa-ação — "centrada na questão do agir" — se preocupa com a relação entre investigação e ação dentro da problemática considerada. Ressalta também outros aspectos peculiares a essa investigação, como: existência de diferentes propostas de pesquisa-ação, ocasionada pela variedade de projetos sociais; orientação dos projetos de educação popular e comunicação social, aplicados em zona urbana e rural da América Latina, para uma visão emancipatória; e estreita relação da pesquisa participante e da pesquisa-ação com a concepção humanista cristã, dada a ênfase em

certos valores comunitários. Em relação a este último aspecto, Thiollent afirma: "a idéia de participação ou de ação coletiva relacionada com a pesquisa evoca, para certos pesquisadores, a possibilidade de 'comungar', de estabelecer uma comunidade efetiva, cultural e social, que é transponível com bastante facilidade nos planos simbólico, afetivo ou até místico".

Devido a isso, alguns sociólogos consideram "místicas" as propostas de pesquisa participante e mesmo as de pesquisa-ação, em certos casos. Para o autor, o misticismo, na verdade, não lhes é inerente. Todavia, considerando a relação comunicativa e o espírito de comunhão, reconhece a possibilidade de haver, nestas propostas, um fundo metafísico ou metassocial, além de um instrumento científico.

Além da visão ideológica ou mística, a pesquisa-ação pode ser encarada como um sistema de expressão e de "escrita" no contexto da prática social. E dentro de uma concepção geral de metodologia adotada, a pesquisa-ação é vista como "uma proposta de investigação a ser articulada dentro de uma ampla visão da ação e da interação social".

Finalizando, Michel Thiollent diz que a pesquisa-ação "consiste em produzir novas formas de conhecimento social e novos relacionamentos entre pesquisadores e pesquisados, e novos relacionamentos de ambos com o saber".

O trabalho de Pedro Demo publicado a seguir pretende "fazer uma aproximação metodológica da Pesquisa Participante (PP), no sentido de elaborar algumas referências fundamentais para se constituir como gênero de pesquisa". Intitulado "Elementos Metodológicos da Pesquisa Participante", o artigo corresponde a um dos capítulos do livro do mesmo autor, recentemente lançado — Pesquisa Participante: mito e realidade — apresentado na Resenha II deste número do Em Aberto.

Em "Pesquisa Participante em um Contexto de Economia Camponeza", Vera Gianotten e Ton de Wit, holandeses, educadores e cientistas

sociais com longa experiência na América Latina, definem a pesquisa participante como "um conjunto de procedimentos operacionais e de técnicas que podem ser implementadas no interior de diferentes corpos teóricos e ideológicos; entretanto, suas características específicas fazem dela uma ferramenta necessária para todos aqueles programas que buscam a participação de setores populares na produção de novos conhecimentos (científicos) e em uma prática orientada a uma ação transformadora da sociedade".

Para a participação da população em programas de educação e investigação, definiu-se o objetivo da educação como sendo um instrumento de desenvolvimento. Para isso, a educação "deve abandonar as colocações acadêmicas tradicionais e concentrar-se na tarefa de dar respostas às necessidades (sentidas e reais) do campesinato". Estabelecido que a investigação toma parte em todo processo educativo e inclui a participação da população, pode-se acrescentar que o "objetivo da participação é influir direta ou indiretamente na transformação da realidade social, nos aspectos econômicos, políticos e sociais". Somente uma ação política reflexionada tem condições de levar à transformação social, a uma ação organizada.

A educação popular assim estruturada é apresentada pelos autores como tendo as seguintes características fundamentais: 1) parte da prática concreta para transformar a sociedade; 2) recupera criticamente manifestações culturais; 3) situa o conteúdo da educação no contexto sócio-histórico em que ocorrem as relações de poder e os interesses de classe; 4) busca a sistematização permanente da experiência econômica, política e ideológica de setores populares; 5) procura dar condições para que os setores populares assumam sua própria educação.

A educação popular procura, pois, contribuir para a organização político-econômica dos setores populares. É através da reflexão e da análise de dados e fenômenos que a realidade popular é decifrada e reinventada a cada momento. Como o saber por si mesmo não é suficiente como agente transformador da realidade, é necessário relacioná-lo a uma ação organizada.

No artigo, fica demonstrado, ainda, que toda educação é política, quer possua formas ocultas ou explícitas de sua orientação política. Assim, a educação popular, que proclama explicitamente sua orientação política, colabora para a transformação "do saber popular espontâneo em saber popular orgânico (dimensão ideológica e científica)" e "da organização popular espontânea (tradicional) em uma organização popular orgânica (dimensão política e econômica)".

A pesquisa participante é, então, considerada como "investigação em que existe um trabalho orgânico de assessoria para que a investigação se converta em uma investigação orgânica". O meio comunitário e os profissionais trabalham crítica e criativamente gerando novos conhecimentos. O papel dos profissionais é de assessoria e a comunidade se encarrega da investigação assimilando intelectuais tradicionais.

No artigo intitulado "Em Busca de Uma Metodologia de Ação Institucional", Manuel Alberto Argumedo, peruano, educador e técnico do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no Brasil, relata uma experiência de pesquisa e planejamento participativo nos sertões do Canindé (Ceará) realizada com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do programa de educação integrada em zona rural.

O autor parte da definição de educação "como uma dimensão do processo global de desenvolvimento, como uma interação entre os sujeitos desse processo visando atingir determinados aprendizados considerados necessários em relação ao projeto social do grupo". Assim, a educação rural poderia assumir seu papel em um programa de desenvolvimento integral, concebido como "um processo sócio-econômico, político e cultural das populações rurais com vistas a melhorar suas condições de vida através da participação consciente e crítica dessas populações na análise de seus problemas, de suas necessidades e interesses, no encaminhamento de soluções, na tomada de decisões e na ação orientada a transformar sua situação e superar os problemas de suas comunidades no contexto global da sociedade." (UNESCO, 1978)

Foram escolhidas três diretrizes fundamentais para a educação integrada: participação da comunidade, desenvolvimento da cons-

---

*ciência e vinculação das atividades educativas em ações sócio-econômicas da comunidade. A experiência realizou-se com a cooperação técnica do IICA e desenvolveu-se na microrregião homogênea dos Sertões de Canindé (Ceará), municípios de Canindé e Caridade.*

*Para a execução do trabalho, distinguiu-se duas dimensões da pesquisa participante: a produção do conhecimento e a educação, e a orientação para a ação como modificação intencional da realidade.*

*Após discussão do projeto e compreensão da realidade por parte dos funcionários e técnicos das instituições educativas de nível central, regional e municipal, iniciou-se o pré-diagnóstico. Nesta etapa, estudou-se a caracterização geral dos principais problemas dos municípios e suas inter-relações com a situação do estado e do Brasil.*

*O tipo de pesquisa realizado pela comunidade delimitava os problemas, interesses e necessidades comuns para, segundo Laing, "achar com os outros um senso comum, compartilhado, do mundo circundante".*

*No decorrer da experiência, fica evidente que, dentro do plano geral da comunidade, o plano educativo comunitário é um instrumento que aumenta o poder de negociação da comunidade. Por seu lado, a comunidade compreende que as ações educativas se justificam por contribuir para as soluções que integram o plano geral.*

*Deste projeto, nasceu uma nova experiência no município de Bonitinho, dando continuidade à pesquisa desenvolvida na região.*

*Para finalizar, Carlos Brandão fala da importância da participação da pesquisa no trabalho popular.*

*A palavra participação significa que há na pesquisa a possibilidade do envolvimento do trabalho das pessoas da comunidade na produção de conhecimento sobre suas condições de vida.*

*A pesquisa é instrumento de conhecimento direto da "realidade local", base para planos de trabalho direto com as comunidades, instrumento de denúncia pública sobre processos de expropriação das condições de trabalho e de material para uso dos grupos de trabalho pastoral. Para isso, é preciso abrir caminho com a finalidade de programar e realizar as pesquisas em compatibilidade com a prática político-cultural popular.*

*Após estas colocações, Carlos Brandão relata minuciosamente a "história de trocas de saber entre equipes de agentes de educação popular e comunidades e grupos organizados de lavradores", para salientar, em seguida, que há uma diferença essencial entre a "participação" como manipulação populista e o fazer "práticas de mediação" como participantes de situações e processos de produção que fortaleçam o poder popular. Para isso, não há "modelos únicos e não há usos normativos de tipos de pesquisa participante". (Maria Tereza Piancastelli de Siqueira)*